

Economia solidária: para além do trabalho assalariado

2012 . Ano 9 . Edição 75 - 28/12/2012

Camila Amaral Pereira



A necessidade da geração de postos de trabalho decentes para a população é um desafio social contínuo que compõe a agenda atual da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ter um bom trabalho é direito de todos para garantir uma vida digna e uma sociedade mais justa, que promova um cenário de desenvolvimento global. Mas apesar disso, vivemos num mundo altamente competitivo e desigual, com um número expressivo de pessoas desempregadas, em precárias condições de sobrevivência. Diante desta realidade, será que existe possibilidade de geração de trabalho e renda nos dias atuais, além da relação assalariada?

Primeiramente, é preciso compreender o capitalismo como modo de produção predominante no mundo contemporâneo e como um processo que dividiu a sociedade em duas classes fundamentais: a classe dos proprietários dos meios de produção, ou seja, os donos do capital, e a classe dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, o conhecido “trabalhador assalariado”.

Seus princípios são voltados para a “heterogestão”, que se caracteriza pela administração hierárquica, formada por níveis de autoridade bem definidos, na qual as ordens e instruções impõem-se de cima para baixo. Nesse cenário, o contingente dos trabalhadores assalariados sabe muito pouco além do necessário para que cumpram as suas tarefas, as quais tendem a ser repetitivas no ambiente de trabalho.

Entende-se assim, que esta forma de organização prevalecente, resulta em muitas contradições sociais, mas responde ao seu objetivo que é tornar as empresas capitalistas competitivas e lucrativas. Por outro lado, gera postos de trabalhos assalariado desiguais e exclui uma parcela da população do direito de garantir seu trabalho e renda.

Diferente da relação assalariada, tem se disseminado nos últimos anos a chamada “economia solidária”, como uma forma de reivindicação social frente às desigualdades do sistema atual, conhecida como um processo de produção que surgiu dentro do capitalismo respaldado em ideais para a organização autogestionária do trabalho. Como exemplo de suas iniciativas, podemos citar as cooperativas, as associações de produtores, os clubes de troca, dentre outros. Trata-se de renunciar à administração hierárquica tradicional e tomar as decisões de forma coletiva entre os trabalhadores. Como uma maneira totalmente oposta da gestão capitalista, na gestão autogestionária as informações são socializadas e as orientações fluem de baixo para cima, vislumbrando uma alternativa à desigualdade e marginalização produzidas pela competição e as relações de subordinação imposta pelo capitalismo. No entanto, a economia solidária, apesar de suas intenções igualitárias, ainda encontra-se timidamente representada no modo econômico atual.

Mas, ao contrário de que muitos possam pensar, por mais utópica que possa ser a

temática da economia solidária, ela vem se espalhando em diversos movimentos sociais no mundo, e se inserindo em territórios nacionais em busca de consolidação de alternativas de organização coletiva para a geração de trabalho e renda aos trabalhadores além da relação assalariada.

No Brasil, considerado um dos países que tem maior concentração de riquezas do mundo, com grande desigualdade social, tem-se se criado várias organizações que atuam no plano de fortalecimento das diversas formas de expressão da economia solidária, como instrumento de desenvolvimento local. Houve a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) em 2003, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), além das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), em universidades de todos os estados, que têm contribuído para a pesquisa e germinação da economia solidária no país, dentre diversas outras iniciativas.

Nesse contexto, a economia solidária vem sendo importante como uma possibilidade real para a geração de trabalho e renda a pessoas excluídas do mercado de trabalho assalariado. É importante entender que a economia solidária ainda se encontra numa fase embrionária, mas que já apresenta vários resultados positivos em alguns setores, como na reciclagem, no cooperativismo de crédito e na agricultura familiar. Embora não se trate de um novo modo de produção que almeje substituir o capitalismo, já se coloca, portanto, como um dos caminhos que busca um processo de produção mais igualitário, que valorize o direito ao trabalho digno a todos e amenize a tragédia da fragmentação social. Resta agora, às iniciativas da economia solidária ganharem forças no panorama mundial, além de uma maior atuação do Estado para disseminar seus conceitos e desenvolver um cenário mais inclusivo.

Camila Amaral Pereira é graduanda em Ciências Econômicas Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Copyright © 2007 - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização.
Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - Brasília - DF - Fone: (61)
2026-5334